

Malan explica detalhes do acordo com FMI

É a seguinte a íntegra do anúncio dos termos do acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, feito ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan:

Boa tarde. O que estamos anunciando hoje aqui em Brasília, assim como em Washington, simultaneamente, e em várias capitais do mundo, é o resultado parcial de um processo de cooperação internacional que teve início nos dias e semanas que se seguiram às consequências da moratória russa de 17 de agosto passado. Quando ficou progressivamente mais claro, tanto ao mundo desenvolvido quanto ao mundo em desenvolvimento, que nós estamos lidando com um problema de caráter mais sistêmico e que afetava o funcionamento do sistema financeiro internacional.

Essas conversações, no caso do Brasil se desdobraram em duas vertentes: uma vertente da ação internacional do País, na linha do que vinha sendo proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, desde março/abril de 1995, que era um grau de coordenação e de cooperação internacional maior que o mundo havia sido capaz de exigir até aquele momento.

TENHO CONFIANÇA DE QUE O CONGRESSO VAI AGIR À ALTURA DOS DESAFIOS DO MOMENTO

Na verdade, as conversações, ao longo do mês de setembro e outubro tiveram um grande desenvolvimento durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, na primeira semana de outubro, foram progressivamente deixando mais clara a necessidade, primeiro de reconhecer o caráter mais geral da situação que enfrentamos hoje no mundo e, em segundo, a necessidade de mecanismos de contingência, de prevenção, de mecanismos de natureza de precaução para evitar e prevenir crises que pudessem surgir, derivadas seja do contágio, seja do funcionamento inadequado do sistema financeiro internacional.

No front doméstico a resposta do Brasil é uma resposta conhecida. Muito além da ação do Banco Central, no dia 8 de setembro, aqui nesta sala nós anunciamos uma série de medidas para lidar com aquilo que é corretamente percebido como uma grande vulnerabilidade da economia brasileira, que é o seu crônico e estrutural desequilíbrio fiscal. Naquele dia, 8 de setembro, foram tomadas medidas para lidar com essa questão, no ano de 1998, e o presidente da República decidiu dar início à elaboração de um programa de estabilidade fiscal para o próximo triênio 1998/2000 e 2001. E nós estamos trabalhando nisso desde 8 de setembro.

No dia 23 de setembro o presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o seu compromisso com a questão da austeridade fiscal e a busca do equilíbrio e determinou que os trabalhos fossem acelerados.

No dia 20 de outubro a primeira versão do programa lhe foi entregue; no dia 28 de outubro o Programa de Estabilidade Fiscal foi anunciado à sociedade e à opinião pública brasileira. Esse programa, como vocês terão a oportunidade de ler no texto do memorando de política econômica que foi encaminhado hoje, assinado pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central, na qualidade de governador e de vice-governador para o Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional, ele na verdade consubstancia o Programa de Estabilidade Fiscal do governo, bem como o conjunto das políticas fiscais que vêm sendo seguidas e que continuarão sendo seguidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso no seu segundo mandato.

Esse programa, expresso no memorando de política econômica, hoje encaminhado ao Fundo e aos demais países membros dessa instituição,

constitui a base de apoio da comunidade internacional ao programa brasileiro. Esse apoio se desdobra nos seguintes componentes, como vocês terão visto na nota que foi distribuída há pouco. Ele tem um componente que diz respeito à contribuição do FMI. O valor dessa contribuição equivale a 600% da cota do Brasil nessa instituição, que hoje depende da cotação dos direitos especiais de saque em relação ao dólar norte-americano. Hoje ela está entre US\$ 3 e 3,1 bilhões: 600% representam pouco mais de US\$ 18 bilhões. Esta contribuição é a disponibilização de recursos por parte do FMI e assumirá a forma de uma combinação entre uma facilidade stand by, um mecanismo, um sistema de empréstimos stand by que tem um prazo de carência de cinco anos e uma taxa que hoje está em torno de 4,25% ao ano. E um mecanismo de reserva suplementar (SRF, em inglês), que é um prazo mais curto, dado o seu caráter de emergência. Ele tem um ano e meio, podendo ser prorrogado por mais um ano. E a sua taxa é a taxa básica do Fundo, os 4,25% que mencionei, mais 300 pontos básicos.

Essa combinação entre stand by e uma SRF permite uma disponibilização de recursos mais concentrada no tempo. Na verdade, tanto a primeira quanto a segunda tranche desse empréstimo. A primeira terá lugar imediatamente após a aprovação do programa brasileiro por parte da diretoria executiva do Fundo que deve ter lugar daqui a duas semanas. A segunda tranche pode ser antecipada, através desse mecanismo de antecipação, contemplado no acordo, em que dependendo do cumprimento do desenvolvimento do programa, tal como apresentado ao Fundo, ele pode ser antecipado para o início de 1999 já. Essa é a contribuição do FMI, pouco mais de US\$ 18 bilhões.

Além disso, temos US\$ 9 bilhões – 4,5 de cada um, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, além disso, há uma cooperação de número extremamente expressivo. Não cabe a mim identificar os países, mas são praticamente todos os países da União Europeia, mais os Estados Unidos, o Japão e Canadá, que deve chegar a um valor aproximado de US\$ 14,5 bilhões. A soma dessas contribuições é superior a US\$ 41 bilhões, dos quais 37 poderão, se necessário – eu queria lembrar o caráter contingente e preventivo dessa operação – estar disponíveis nos próximos 12 meses. Volto a insistir: se for necessário fazer.

Eu gostaria de lembrar a todos o papel absolutamente essencial – que assim como no final do ano passado a superação da turbulência asiática de outubro/novembro de 97 –, o papel absolutamente crucial que o Congresso Nacional vem tendo, tem e, estou seguro, terá – quero aqui expressar minha confiança, eu estive lá inúmeras vezes; tenho conversado (eu e o secretário Executivo Pedro Parente) com um número expressivo de parlamentares das mais diferentes bancadas – expressar, mas uma vez aqui, a minha confiança que o Congresso Nacional saberá se erguer à altura dos desafios do momento presente e já o demonstrou no passado.

Quero lembrar também que esse programa que nós estamos distribuindo hoje – na forma desse memorando de política econômica que obteve o apoio que está sendo anunciado hoje em várias partes do mundo – é o programa brasileiro.

Vocês, que terão a oportunidade de ler o texto com atenção, seguramente identificaram nele coisas que já ouviram de nós dizer, repetir e enfatizar aqui esta sala em inúmeras outras reuniões,



Ministro Malan: 'Valor da contribuição do FMI equivale a 600% da cota do Brasil nessa instituição'

Correio Braziliense – Ministro eu queria saber quais são as metas que foram definidas no acordo com o FMI? Quais foram as metas para déficit primário e se tinha alguma meta para déficit nominal também?

Malan – Nós estaremos distribuindo, hoje, o texto completo desse memorando de política econômica. As metas são as que nós havíamos anunciado. São aquelas que vocês conhecem, a que nós anunciamos há algum tempo, no primário de 2,6% do PIB em 99 para o setor público consolidado. De 2,8% para o ano 2.000, e 3,0% para o ano de 2.001. No programa com o Fundo, nós também temos uma meta para o nominal, que é o primário mais o componente de juros, que será dado à conhecimento público quando o Fundo o fizer. Nós vamos divulgar aqui antes de que o façamos conjuntamente com o Fundo. Mas a resposta para sua pergunta: existe sim, uma meta para evolução do déficit nominal consolidado do setor público.

Jornal do Brasil – Ministro, eu queria saber se algumas dessas coisas que estão no acordo vão passar pelo Senado Federal e quais são os países que integram esse acordo maior? Dizem que até a Finlândia está participando. O que eles vão cobrar da gente, qual a garantia?

Malan – O que vão cobrar eu já falei. Posso repetir aqui.

Pergunta – Esses que são empréstimos de governo, quais são as garantias?

Malan – Os empréstimos de governo têm lugar através do Banco Central, dos Bancos Centrais, que é BIS e, eu já me referi aqui às condições. É um spread sobre a libor da ordem 450 ou 470 pontos. Isso eu já tinha dito. Agora, uma outra parte da sua pergunta, que era quais os países?

Pergunta – Pois é. A Finlândia também faz parte dessa coisa do BIS?

Malan – É membro também. O BIS é Banco Central dos bancos centrais, até há pouco tempo atrás exclusivamente dos países industriais, e de cerca

de dois anos para cá eles conviram oito países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, a se juntarem ao Banco de Compensações Internacionais como membros, como acionistas. Nós somos há um ano e pouco membros plenos e acionistas do BIS. É nessa condição que nós estamos participando, através do Banco Central do Brasil, numa operação com bancos centrais de vários países. Não sei porque você está preocupada com esse país em particular, mas eles estão hoje lançando um comunicado – os ministros da Fazenda e os presidentes de banco central dos países que estão colaborando com o Brasil, e acho que cabe a eles anunciar a sua participação e não a mim. Mas no rascunho desse comunicado que deve ser divulgado hoje – e eu não quero lê-lo aqui porque eu não sei se o foi ainda –, mas tem vários países, entre os quais o que você se referiu, que é membro do BIS.

Pergunta – Alguma coisa vai passar pelo Senado Federal?

Malan – Nós já comunicamos ao presidente do Senado e ao presidente do Congresso e, obviamente, nós encaminhamos esse material ao Senado. O acordo com o Fundo, como é uma operação de troca de moedas, reais por direitos especiais de saque no Fundo, estabelecidos já de longa data, ele não necessita da aprovação formal do Senado, mas nós o submetemos para informação à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Esse acordo com o BIS, na medida em que envolva garantias, aparentemente necessita aprovação do Senado e, de qualquer maneira, seria enviado ao Senado.

ACHAMOS
QUE NÃO SERÁ
NECESSÁRIO
UTILIZAR A
TOTALIDADE
DOS RECURSOS
DISPONÍVEIS

Malan – Eu espero que com a brevidade possível. Apesar de uma intervenção não combinada, eu não gostaria de deixar de responder à pergunta do Sérgio. Mas seria desrespeitoso para com os demais se eu respondesse exclusivamente a ele, que fez uma pergunta num momento que não lhe era devido, mas se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Sérgio pudesse fazer a pergunta dele e que eu permitisse mais três perguntas além da dele.

Sérgio Léo – O senhor me conhece há mais de dez e sabe que eu sempre me pautei pelo respeito às regras e se eu me manifestei ali é porque eu fiquei receoso de que houvesse uma má interpretação. O propósito é só de ajudá-lo. Como houve uma combinação, eu não vou desrespeitá-la, eu não vou fazer pergunta. Mas eu queria notar ao senhor que o fato de não ter sido divulgado aqui nesta coletiva a meta de